

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Aquisição de livros sobre Licitações e Contratos Administrativos para o exercício do Controle Interno pela Controladoria do DAAE Araraquara.

2. JUSTIFICATIVA

A aquisição dos seguintes títulos é de fundamental importância para o aprimoramento das práticas de controle interno sobre licitações e contratos administrativos. Como benefício para a Autarquia, deve-se ressaltar que a aquisição dos livros permitirá aos servidores da Autarquia aprimorar seus conhecimentos sobre licitações e contratos administrativos, contribuindo para a eficiência e a legalidade dos processos internos. Além disso, as obras servirão como referência contínua para consultas e esclarecimentos, promovendo a capacitação e o desenvolvimento profissional dos servidores.

Diante da necessidade de atualização e capacitação dos servidores da Autarquia no que tange às novas diretrizes de licitações e contratos administrativos, e considerando a conformidade com a legislação vigente, justifica-se a aquisição dos livros em tela.

O livro “Manual de Licitações e Contratos Administrativos”, da renomada autora Di Pietro et al. é uma referência consolidada na área de licitações e contratos administrativos. O manual apresenta uma análise detalhada da legislação pertinente, com enfoque nas inovações e diretrizes que regulamentam o processo licitatório. Sua abordagem didática facilita a compreensão dos conceitos e procedimentos, essencial para que os servidores possam exercer um controle interno eficiente e transparente. A experiência da autora, reconhecida em sua atuação acadêmica e prática no direito administrativo, proporciona uma base teórica sólida que contribui diretamente para a formação e atualização do corpo técnico da Controladoria.

A obra “Nova Lei de Licitações e Contratações Públicas para Municípios Volume I – Licitações”, de Palavéri, um especialista amplamente respeitado na área de licitações públicas, é essencial para que nossos servidores compreendam as nuances e mudanças trazidas pela nova lei. O Volume I foca especificamente nas licitações, abordando não apenas as normas, mas também as melhores práticas a serem adotadas. Essa obra capacita os profissionais a garantir que os processos licitatórios ocorram dentro da legalidade e com eficiência, minimizando riscos e promovendo a transparência.

No “Volume II”, Palavéri aprofunda-se nos contratos administrativos, um aspecto crítico para a gestão pública. A compreensão detalhada sobre como elaborar, executar e fiscalizar contratos é imprescindível para o trabalho da Controladoria. A obra oferece ferramentas práticas e teóricas para que nossos servidores possam não apenas acompanhar a execução dos contratos, mas também assegurar que os mesmos estejam em conformidade com a nova legislação. A experiência do autor no tema é uma garantia de que o conteúdo é relevante e aplicável à nossa realidade.



Dessa forma, a aquisição dessas obras proporcionará ao corpo técnico da Controladoria um suporte teórico robusto, permitindo a realização das atividades com maior eficiência, promovendo a transparência e a correta aplicação dos recursos públicos. Além disso, essas leituras servirão para a atualização contínua dos servidores, contribuindo para o desenvolvimento profissional e o fortalecimento do controle interno da autarquia.

Cabe ressaltar que a adoção de processos licitatórios bem fundamentados traz diversos benefícios para a autarquia, que vão além da mera conformidade legal, dentre os quais se destacam:

2.1. Conformidade Legal e Mitigação de Riscos

- Redução de Contestações: Processos bem estruturados minimizam o risco de contestações e questionamentos judiciais, garantindo que as licitações ocorram dentro dos parâmetros legais.
- Evita Sanções: A correta fundamentação previne sanções administrativas e judiciais, que podem impactar financeiramente a autarquia.

2.2. Transparência e Credibilidade

- Confiança da Sociedade: Licitações transparentes fortalecem a confiança da população na administração pública, promovendo uma imagem positiva da autarquia.
- Atração de Fornecedores: A transparência nos processos atrai mais fornecedores, aumentando a competitividade e a qualidade das propostas.

2.3. Eficiência na Gestão de Recursos

- Melhor Aproveitamento do Orçamento: Processos fundamentados garantem que os recursos públicos sejam utilizados de forma eficiente, com contratações que realmente atendam às necessidades da autarquia.
- Planejamento e Organização: A fundamentação teórica e prática permite um planejamento mais eficaz, resultando em contratações que respeitam cronogramas e orçamentos.

2.4. Adoção de Boas Práticas

- Incorporação de Doutrinas e Jurisprudências: O embasamento doutrinário e jurisprudencial propicia a adoção de melhores práticas, contribuindo para a evolução contínua dos processos licitatórios.
- Aprendizado e Capacitação: Processos bem fundamentados promovem a capacitação dos servidores, que se tornam mais proficientes na condução de licitações e contratos.

2.5. Segurança Jurídica

- Estabilidade das Decisões: A fundamentação robusta proporciona segurança nas decisões administrativas, reduzindo a insegurança jurídica e aumentando a previsibilidade nos resultados.
- Referência para Futuras Licitações: A criação de precedentes e o acúmulo de experiências fundamentadas ajudam a estabelecer padrões para futuras licitações, facilitando a sua realização.



2.6. Fomento à Competitividade e Inovação

- Melhores Ofertas e Propostas: A clareza nos critérios e na fundamentação atrai concorrentes qualificados, resultando em propostas mais vantajosas e inovadoras.
- Estimulo à Inovação: Processos bem fundamentados podem incluir critérios que incentivam a inovação e a sustentabilidade nas contratações.

2.7. Responsabilidade Social e Sustentabilidade

- Critérios Sociais e Ambientais: A inclusão de critérios sociais e ambientais nas licitações, embasados em doutrinas pertinentes, contribui para uma gestão pública mais responsável e alinhada com as expectativas sociais.

Portanto, processos licitatórios bem fundamentados promovem não apenas a conformidade legal, mas também uma gestão pública mais eficiente, transparente e responsável. Isso resulta em uma administração que não apenas cumpre suas obrigações legais, mas também atende às expectativas da sociedade, contribuindo para um desenvolvimento sustentável e para a melhoria contínua dos serviços prestados.

Quanto à aquisição de todas as obras citadas — tanto a de Maria Sylvia Zanella Di Pietro quanto as de Marcelo Palavéri — é necessário destacar que é importante e justificada, considerando as particularidades de cada autor e a complementaridade de seus enfoques.

Em relação às abordagens complementares, Di Pietro oferece uma visão abrangente e consolidada sobre a legislação, incluindo aspectos doutrinários, jurisprudência do TCE-SP, práticas recomendadas e interpretações relevantes. A clareza e a profundidade da análise são fundamentais para quem busca uma compreensão completa do tema, sendo especialmente útil para servidores que estão iniciando ou precisam de uma visão geral sólida. Já as obras sobre a Nova Lei de Licitações e Contratações Públicas, de Palavéri, são voltadas para as especificidades da nova legislação, trazendo uma análise detalhada e prática sobre as mudanças que impactam diretamente a gestão pública, principalmente a municipal. A estrutura em volumes permite uma leitura focada, abordando licitações e contratos separadamente, o que é valioso para uma compreensão aprofundada de cada fase do processo.

Nesse sentido, a aquisição de todas as obras citadas é recomendada, pois cada autor contribui de maneira única para a compreensão e aplicação da legislação de licitações e contratos administrativos. Essa abordagem multifacetada não apenas enriquece o conhecimento dos servidores, mas também fortalece a capacidade da autarquia de conduzir processos licitatórios de forma eficiente, transparente e legal.

3. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

3.1. Referência Bibliográfica

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella *et al.* **Manual de Licitações e Contratos Administrativos**. 3. ed. Editora Forense, 2023. ISBN 9786559647941.



3.1.1. Características

Formato: Impresso

Páginas: 600

Encadernação: Brochura

Peso: 0,81 kg

Dimensões: 16 X 23

3.1.2. Sinopse

Os textos que compõem a obra foram elaborados a partir de uma visão prático-profissional, voltada ao enfrentamento de problemas que surgirão no cotidiano da Administração, com o necessário aprofundamento teórico e diálogo com a jurisprudência, inclusive aquela relativa à legislação antecedente. O estudo comparativo, feito a partir dos institutos e procedimentos consagrados na Lei nº 8.666/1993, permite propor interpretações a partir do conhecimento já sedimentado em razão do grande tempo de vigência da legislação antecedente.

O correto entendimento da Lei nº 14.133/2021 é essencial para a atuação jurídica segura, transparente e eficiente nos processos de contratação e licitação públicas.

3.1.3. Sumário

1 Lei nº 14.133/2021: Estrutura, inovações, aplicabilidade e vigência

Maria Sylvia Zanella Di Pietro e Thiago Marrara

2 Objetivos e princípios da contratação pública na Lei nº 14.133/2021

Maria Sylvia Zanella Di Pietro e Thiago Marrara

3 Fase preparatória do processo licitatório

Edgar Guimarães

4 Modalidades e rito procedimental da licitação

Victor Aguiar Jardim de Amorim

5 Contratação direta: inexigibilidade e dispensa de licitação

Fabrício Motta

6 Instrumentos auxiliares das licitações e contratações

Edgar Guimarães

7 Contratos na nova lei de licitações e contratos

Luciano Ferraz

8 Infrações, sanções e acordos na nova lei de licitações

Thiago Marrara

9 Controle das contratações públicas

Luciano Ferraz e Fabrício Motta

3.1.4. Autoria

Edgar Guimarães

Professor no Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Pós-Doutor (UNISALENTO/IT), Doutor e Mestre (PUC-SP). Presidente do Instituto Paranaense de Direito Administrativo. Advogado.

Fabrcio Motta

Conselheiro do TCM-GO. Professor da Faculdade de Direito da UFG. Doutor em Direito do Estado (USP) e Mestre em Direito Administrativo (UFMG).

Luciano Ferraz

Professor Associado de Direito Administrativo na UFMG e Adjunto de Direito Financeiro na PUC Minas. Pós-Doutorado (Nova Lisboa), Doutor e Mestre (UFMG). Advogado e Consultor.

Maria Sylvia Zanella Di Pietro

Professora titular aposentada de Direito Administrativo da USP (FD). Procuradora do Estado de São Paulo aposentada. Advogada.

Thiago Marrara

Professor de Direito Administrativo da USP (FDRP). Livre-docente (USP). Doutor pela Universidade de Munique (LMU). Advogado consultor.

Victor Amorim

Doutorando em Direito do Estado (UnB). Mestre em Direito Constitucional (IDP). Professor de pós-graduação do IDP, do ILB e do IGD. Advogado especialista em Direito Administrativo Concorrencial.

3.2. Referência Bibliográfica

PALAVÉRI, Marcelo. Nova Lei de Licitações e Contratações Públicas para Municípios Vol. I – Licitações. 2. ed. Leme: Editora Mizuno, 2023. ISBN 9786555266399.

3.2.1. Características

Formato: Impresso

Páginas: 597

Encadernação: Brochura

Peso: 0,97 kg

Dimensões: 17 X 24

3.2.2. Sinopse

Em 1º de abril de 2021 finalmente foi sancionada, promulgada e publicada a nova lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei 14.133/21), o que não era sem tempo, em vista as críticas cada vez mais crescentes ao modelo atual de contratações públicas, bastante desgastado.

Agora, com a edição da nova lei, temos um marco regulatório estruturado, que a rigor pode ser entendido como uma mescla entre os procedimentos menos atacados da norma geral anterior (Lei 8.666/93), aquilo que se sobressaiu e foi destaque das leis que se seguiram (Leis 10.520/02 e Lei 12.462/11), mais a depuração dessas normas pela jurisprudência, destacadamente do Tribunal de Contas da União, e a incorporação de procedimentos infralegais, de regulamentação, adotados no âmbito federal para diversos objetos.

Ao plasmar todas essas variáveis, a lei nova cria uma normatização que pode ser considerada extremamente burocrática, formalista e detalhista, o que trará muito trabalho para ser aplicada,

em especial no âmbito dos Municípios, que não estão preparados para assimilar em curto espaço de tempo essas novidades, posto que distante de suas realidades e de suas disponibilidades financeiras e de pessoal.

Estamos diante de um grande desafio. O momento é de preparação, de entender as mudanças, explorar os aspectos positivos, introduzir na realidade administrativa os novos procedimentos, e preparar os Municípios para efetivamente melhorar suas licitações e contratos administrativos, sempre na busca do interesse público.

3.2.3. Sumário

1 Introdução à Lei 14.133/21

2 Princípios, Objetivos e Agentes Público

3 Definições e Disposições Setoriais

4 Processo Licitatório

5 Fase Preparatória

6 Modalidades de Licitação

7 Procedimentos Auxiliares

8 Critérios de Julgamento

9 Fase Externa 1 – Divulgação do Edital, Impugnação, Esclarecimentos, Apresentação das Propostas e Lances

10 Fase Externa 2 – Julgamento, Habilitação, Recursos e Encerramento da Licitação

11 Contratação Direta – Processo, Inexigibilidade e Dispensa

3.2.4. Autorialia

Marcelo Palavéri

Advogado em São Paulo, formado pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco – USP, especialista em Direito Municipal. Sócio fundador do escritório Miranda Rodriguez, Palavéri e Viana Advogados, hoje Miranda Rodriguez e Palavéri Advogados. Presidente do Instituto Paulista de Gestão Municipal (IPGM). Palestrante nas diversas questões do Direito Administrativo, coordenador pedagógico de cursos.

3.3. Referência Bibliográfica

PALAVÉRI, Marcelo. Nova Lei de Licitações e Contratações Públicas para Municípios Vol. II – Contratos Administrativos. Leme: Editora Mizuno, 2023. ISBN 9786555266108.

3.3.1. Características

Formato: Impresso

Páginas: 325

Encadernação: Brochura

Peso: 0,54 kg

Dimensões: 17 X 24



3.3.2. Sinopse

Com este Volume II completa-se o estudo da Lei 14.133/21, editada em 1º de abril de 2021, e iniciado pelo Volume I, no qual enfatizamos os estudos das licitações públicas. Assim, entendemos que o leitor e especialmente o aplicador da lei no âmbito dos Municípios, poderá ter uma visão completa e ampla do novo estatuto licitatório que se torna a única norma aplicável a partir de abril de 2023.

Agora, neste volume, lançamos luzes aos temas mais importantes referentes às contratações administrativas, sempre com o enfoque nos problemas vivenciados pelos Municípios. Discorreremos sobre as regras de duração de contrato, de sua execução, de alterações, de sanções e nulidades, dando também ênfase à sua gestão e à sua fiscalização.

Na linha do que temos destacado, quando falamos em licitações e contratações administrativas, cada vez mais estamos enfrentando um momento de preparação, de entender as mudanças, explorar seus aspectos positivos, introduzi-los na realidade administrativa, promovendo alterações nos procedimentos, de modo a preparar os Municípios para essa nova realidade, melhorando suas licitações e contratos, sempre na busca da satisfação do interesse público.

3.3.3. Sumário

- 12 Noções Gerais de Contrato Administrativo
- 13 Formalização dos Contratos Administrativos
- 14 Execução dos Contratos Administrativos
- 15 Alterações dos Contratos Administrativos
- 16 Extinção e Nulidades dos Contratos Administrativos
- 17 Infrações e Sanções Administrativas
- 18 Controle das Licitações e Contratações Públicas
- 19 Disposições Gerais, Transitórias e Finais da Lei
- 20 Gestão dos Contratos Administrativos
- 21 Iniciando a Prática da Lei 14.133/2021.

3.3.4. Aatoria

Marcelo Palavéri

Advogado em São Paulo, formado pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco – USP, especialista em Direito Municipal. Sócio fundador do escritório Miranda Rodriguez, Palavéri e Viana Advogados, hoje Miranda Rodriguez e Palavéri Advogados. Presidente do Instituto Paulista de Gestão Municipal (IPGM). Palestrante nas diversas questões do Direito Administrativo, coordenador pedagógico de cursos.

